



Argumentação pelo *Ethos* em possíveis golpes via *e-mail*

Welton Pereira e Silva

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
orcid.org/0000-0002-4693-3151

Larissa Ribeiro dos Santos

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
orcid.org/0009-0000-5336-894X

Este artigo apresenta os resultados de uma análise acerca da construção do *ethos* como estratégia de argumentação em possíveis golpes aplicados via *e-mail*. Foram analisados dez *e-mails* não solicitados, sendo cinco de origem nacional e cinco de origem internacional, todos divulgados em língua portuguesa. A metodologia se desenvolveu sob uma perspectiva quali-quantitativa. A análise qualitativa se deu sobre dois *e-mails*, e a análise quantitativa levou em consideração o *corpus* que totaliza dez *e-mails*. Os textos foram analisados por meio de pressupostos da Teoria Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2008; 2015; 2016), lançando mão de estudos discursivos que se focam sobre o *ethos* (Amossy, 2014; 2018) e de alguns postulados da Linguística Forense (Shuy, 2005; Silva, 2020). Entendemos que os resultados podem ser empregados em sala de aula de língua portuguesa, levando os alunos a reconhecerem a natureza enganosa desses textos por meio de suas características linguístico-discursivas e argumentativas.

Palavras-chave: Argumentação. *Ethos*. *E-mail* não solicitado. Linguística Forense.

Argumentación por el *Ethos* en posibles estafas a través de correo electrónico

Este artículo presenta los resultados de un análisis sobre la construcción del *ethos* como estrategia de argumentación en posibles estafas aplicadas vía correo electrónico. Se analizaron diez correos electrónicos no solicitados, cinco de origen nacional y cinco de origen internacional, todos publicados en portugués. La metodología se desarrolló desde una perspectiva cuali-cuantitativa. El análisis cualitativo se realizó sobre dos textos y el análisis cuantitativo tuvo en cuenta el *corpus* que suma diez textos. El análisis se basó en la Teoría Semiolingüística del Discurso (Charaudeau, 2008; 2015; 2016), utilizando estudios discursivos que se centran en el *ethos* (Amossy, 2014; 2018) y algunos postulados de la Lingüística Forense (Shuy, 2005; Silva, 2020). Entendemos que los resultados pueden ser utilizados en el aula de lengua portuguesa, llevando a los estudiantes a reconocer el carácter engañoso de estos textos a través de sus características lingüístico-discursivas y argumentativas.

Palabras clave: Argumentación. *Ethos*. Correo electrónico no solicitado. Lingüística Forense.

Argumentation by *Ethos* on possible scams through email

This paper present the results of an analysis regarding the construction of *ethos* as an argumentation strategy in possible scams applied through email. Ten unsolicited emails were analyzed, five of national origin and five of international origin, all published in Portuguese. The methodology was developed from a qualitative-quantitative perspective. The qualitative analysis took place on two emails, and the quantitative analysis took into account the corpus that totals ten emails. The analysis was based on the Semiolinguistic Theory of Discourse (Charaudeau, 2008; 2015; 2016), making use of discursive studies that focus on *ethos* (Amossy, 2014; 2018) and some postulates from Forensic Linguistics (Shuy, 2005; Silva, 2020). We understand that the results can be used in the Portuguese language classroom, leading students to recognize the misleading nature of these texts through their linguistic-discursive and argumentative characteristics.

Keywords: Argumentation. *Ethos*. Unsolicited email. Forensic Linguistics.

Introdução

Pesquisas linguísticas e discursivas que se debruçam sobre crimes de linguagem (Shuy, 2005), vale saber, crimes cometidos unicamente ou principalmente por meio da língua, ainda são bastante escassas no Brasil. Entretanto, com o avanço tecnológico e ampliação do acesso à internet, novas formas de interações discursivas passíveis de criminalização surgem, o que demanda um olhar analítico das ciências da linguagem sobre esses textos. Por meio da rede mundial de computadores, um mesmo texto pode ser enviado a centenas ou milhares de pessoas, em um disparo em massa. Alguns desses textos apresentam a intencionalidade de provocar algum dano monetário, podendo também causar prejuízos psicológicos e emocionais, razão pela qual defendemos seu estudo em uma tentativa de mapear as características linguístico-discursivas e argumentativas dessas interações possivelmente criminosas.

Esta pesquisa, portanto, propõe analisar, por meio dos postulados teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2008; 2015; 2016), a forma como os sujeitos enunciadore de possíveis golpes via *e-mail* procuram convencer os destinatários acerca da veracidade de suas informações, construindo, para isso, diferentes imagens discursivas de si mesmos – o *ethos*. Esses *e-mails* com teor possivelmente enganoso são remetidos a centenas de usuários, sendo considerados como *e-mails* não solicitados. Por vezes, o computador automaticamente considera tais *e-mails* como SPAM, siga do inglês “sending and posting advertisement in mass”, em tradução livre: “envio e publicação de anúncios em massa”. Apesar do incômodo que possam gerar, muitas dessas mensagens não passam de anúncios comerciais. Contudo, algumas podem corresponder a verdadeiras tentativas de efetuar um crime e provocar dano ao destinatário.

Assim, o objetivo principal desta investigação que se desenvolveu ao longo de uma pesquisa de iniciação científica¹ foi o de averiguar como os sujeitos enunciadore remetentes dos *e-mails* constroem para si diferentes *ethé*, de modo a convencer os sujeitos destinatários dos *e-mails* acerca da veracidade de suas informações. Com isso, intentamos vislumbrar padrões no *modus operandi* dos possíveis golpes. Como objetivos específicos, tivemos: i) categorizar, descrever e analisar as diferentes categorias *ethóticas* encontradas no *corpus*; ii) relacionar alguns *ethé* ao despertar de emoções e evocação de imaginários sociodiscursivos e (iii) refletir sobre a forma

¹ Agradecemos ao CNPq pela bolsa concedida.

como este trabalho pode contribuir na realização de intervenções pedagógicas, visando a evitar que mais vítimas sejam feitas por estelionato via *e-mail*.

Para atingir esses objetivos, na primeira seção, apresentamos nosso referencial teórico, em que trazemos um pouco acerca da Retórica como o estudo das técnicas de persuasão, da Semiologia e da Linguística Forense, visto se tratar de textos produzidos em situações de comunicação passíveis de tipificação penal. Em seguida, apresentaremos nossa metodologia. Na seção três, trazemos nossas análises qualitativas e quantitativas, seguidas de algumas considerações e reflexões.

1. Acerca do *ethos* no discurso criminalizável

Ao tratarmos da noção de *ethos*, retomamos, mesmo que brevemente, as considerações de Aristóteles (2005), que considera em sua obra a existência de três provas retóricas, a saber: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O *ethos* estaria relacionado ao caráter do orador; o *pathos* seria relacionado à comoção do auditório e o *logos* estaria relacionado ao próprio discurso e ao pensamento racional. Sobre o *ethos*, diz-nos Aristóteles (2005):

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão (Aristóteles, 2005, p. 96).

Recentemente, estudiosos do discurso como Patrick Charaudeau e Ruth Amossy se apropriaram da noção retórica, atualizando-a no escopo de teorias de bases discursivas. Nesta pesquisa, valemo-nos do ponto de vista apresentado por Charaudeau (2008; 2015) em sua Teoria Semiológica do Discurso (TSD), lançando mão também de alguns postulados apresentados por Amossy (2014; 2018).

A TSD compreende que o discurso se realiza no interior de uma situação de comunicação da qual participam diferentes sujeitos (Charaudeau, 2008) que procuram influenciar-se mutuamente, o que torna o princípio de influência – e, por extensão, a argumentação – temas centrais nessa teoria. Acerca dos sujeitos que participam da encenação discursiva, Charaudeau (2008) considera a existência de

quatro sujeitos e não de apenas dois: o sujeito comunicante corresponde ao sujeito empírico que toma a palavra; o sujeito enunciador diz respeito à imagem projetada pelo comunicante em seu dizer; o sujeito destinatário corresponde à imagem que o comunicante tem de seu interlocutor; e o sujeito interpretante diz respeito ao sujeito empírico que entra em contato com o discurso produzido pelo comunicante. Para a Semiologia, que se ocupa do fazer discursivo, interessam o sujeito enunciador e o sujeito destinatário, protagonistas da situação de comunicação.

Neste trabalho, nos apropriamos principalmente das considerações de Charaudeau acerca da argumentação como prática discursiva (Charaudeau, 2008; 2010; 2015; 2016). Ao argumentar, o sujeito parte de uma *asserção de partida* (um dado, uma premissa) em direção a uma *asserção de chegada* (conclusão) por meio da *asserção de passagem* (prova, inferência ou argumento). Para a instauração da argumentação, é preciso também que haja um posicionamento por parte do enunciador, que construirá sua tese e elencará os argumentos necessários para defendê-la. Entretanto, compreendemos, com Charaudeau (2016), que todo enunciado pode ser argumentativo, contanto que esteja inserido em uma situação de comunicação que propicie o caráter argumentativo do discurso.

Nesse ponto, os postulados de Charaudeau se aproximam das teorizações de Ruth Amossy em sua Teoria da Argumentação no Discurso. Para Amossy (2018), todo e qualquer discurso pode ser considerado argumentativo, na medida em que o enunciador procura influenciar o destinatário de alguma forma. A autora difere os discursos que apresentam uma *visada argumentativa* daqueles que apresentam uma *dimensão argumentativa*. Os primeiros correspondem aos textos efetivamente argumentativos, que apresentam tese, argumentos e conclusão, tais como os que encontramos em nosso corpus. Os segundos, por sua vez, dizem respeito a todo e qualquer discurso que, por tentarem influenciar em algum grau o interlocutor, apresentam uma dimensão argumentativa.

Na Semiologia, ainda, podemos entender que o *ethos* estaria relacionado às estratégias de legitimidade (quem sou eu para dizer isso?) e credibilidade (como fazer para que meu discurso seja crível?). Sendo assim, no âmbito de *e-mails* possivelmente enganosos, visando a aumentar as chances de levar o destinatário a acreditar no golpe, cabe ao sujeito enunciador construir uma imagem que desperte a credulidade do destinatário, que entenderá o enunciador como alguém digno de fé, vindo a acreditar em seus argumentos. O verbete *ethos*, escrito por Ruth Amossy no

Dicionário de Análise do discurso de Charaudeau e Maingueneau (2014), salienta o ponto de vista teórico adotado neste trabalho:

Ethos – Termo emprestado da retórica antiga, o **ethos** (em grego ηθος, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal (Amossy, 2014, p. 2020).

Charaudeau (2015, p. 118) relaciona o *ethos* aos imaginários sociodiscursivos, ao entender que “o *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem”. Quer isto dizer que, embora o enunciador possa tentar produzir uma imagem de si como alguém inteligente, cabe ao destinatário – na vez de sujeito interpretante – considerar, por meio de seu próprio universo de crença, se aquela imagem produzida condiz com a de alguém inteligente ou, pelo contrário, de alguém pedante, por exemplo.

Ao procurar sistematizar o estudo e análise dos *ethé* possivelmente apresentados no discurso político, Charaudeau (2015) divide-os entre os *ethé de credibilidade* (que visam levar o destinatário a julgar o enunciador como digno de crédito) e os *ethé de identificação* (cujas imagens são extraídas do afeto social, buscando a identificação por parte do destinatário). Em cada categoria, Charaudeau (2015) apresenta algumas possíveis construções *ethóticas*: dentre os *ethé de credibilidade*, estão o *ethos de sério* (o enunciador mostra-se como alguém sério), o *ethos de virtude* (o enunciador se mostra virtuoso) e o *ethos de competência* (o enunciador se projeta como alguém que detém um *saber-fazer*); dentre os *ethé de identificação*, mencionam-se o *ethos de potência* (o enunciador detém um *poder-fazer*), o *ethos de caráter* (o enunciador tem presença de espírito), o *ethos de inteligência* (o enunciador se mostra inteligente), o *ethos de humanidade* (o enunciador tem sentimentos e fraquezas), o *ethos de chefe* (o enunciador sabe comandar) e o *ethos de solidariedade* (o enunciador se preocupa com o próximo).

Em nossas análises, algumas dessas categorias serão evidenciadas, momento em que discorreremos mais profundamente acerca de suas características. Antes, contudo, é preciso apresentar uma segunda área de estudos à qual relacionamos esta pesquisa.

Visto estarmos nos debruçando sobre a análise de possíveis golpes aplicados via *e-mail*, nosso trabalho pode ser inserido na área conhecida como Linguística Forense. De acordo com Coulthard e Johnson (2007), a Linguística Forense é entendida como a aplicação do conhecimento linguístico a questões relacionadas a problemas judiciais, sendo entendida de maneira *lato sensu*, mais ampla, ou *stricto sensu*, mas restrita.

Em perspectiva mais ampla, a área abarca trabalhos que se voltam para a interface entre a Linguística e o Direito, como a análise de gêneros jurídicos, investigações sobre tomadas de depoimento, interações no âmbito do fórum, entrevistas com refugiados, dentre outras possibilidades. Em perspectiva mais restrita, a Linguística Forense se refere a trabalhos que tratam da língua como evidência em possíveis crimes, como a atribuição de autoria, a determinação de significados em textos ameaçadores, o perfilamento linguístico de um suspeito, a detecção de plágio etc.

Entendemos que nosso trabalho se situa na perspectiva mais restrita, visto termos o objetivo de entender o funcionamento argumentativo de um texto passível de ser considerado um crime de linguagem por apresentarem tentativas de estelionato. Nesse ponto, retomamos o trabalho de Shuy (2005) acerca dos crimes de linguagem, vale saber, crimes cometidos principalmente ou unicamente por meio da língua e do discurso, como a ameaça, o suborno, o assédio e a injúria. Em nosso *corpus*, estamos lidando com textos que buscam ludibriar uma possível vítima, por meio dos quais o sujeito comunicante visa obter uma recompensa indevida. Assim, os *e-mails* não solicitados analisados podem ser entendidos como possíveis estelionatos. De acordo com Silva (2020), os textos que veiculam possíveis crimes, como ameaça, calúnia, difamação, estelionato e extorsão podem ser compreendidos como *discursos criminalizáveis*, sendo vistos como textos passíveis de tipificação penal, i.e., é possível atribuir um tipo penal previsto em lei, a descrição de um fato ilícito, a esses textos. Como não tivemos acesso a nenhum processo judicial envolvendo os textos selecionados como *corpus*, só podemos apresentá-los como possíveis crimes de estelionato, dado seu caráter ludibrioso, o que justifica a modalização empregada em “criminalizável” e “possíveis golpes”.

A seguir, apresentamos a metodologia para coleta, tratamento e análise do *corpus*.

2. Metodologia

Os textos que compõem o *corpus* foram coletados nas próprias caixas de SPAM dos autores, bem como enviados a pessoas próximas. Após a cópia dos textos para um arquivo de texto editável (*Word* ou *Google docs*), com o objetivo de facilitar o manuseio do material, cada construção de *ethos* foi categorizada de acordo com a nomenclatura apresentada por Charaudeau (2015). Quando necessário, criamos alguma categoria que pudesse descrever o *ethos* apresentado pelo possível golpista de maneira mais adequada, visto que Charaudeau (2015) estava preocupado com os *ethé* apresentados por sujeitos enunciadorees em discursos políticos.

O *corpus* estabelecido foi composto por dez *e-mails*, sendo esses separados em dois grupos a depender das características linguísticas e discursivas que nos permitiram classificá-los como de “origem nacional”, que abarca cinco textos, ou “origem internacional”, que agrupa os outros cinco. Apesar de todos os *e-mails* se apresentarem em língua portuguesa, alguns demonstram terem sido produzidos em outra língua e, posteriormente, submetidos a uma tradução automática. Endereços de *e-mails*, nomes dos remetentes e locais geográficos também serviram de base para essa catalogação, como um *e-mail* em que o enunciador se apresenta da seguinte maneira:

Meu caro amigo

Meu nome é Miss Ruth James, uma cidadã britânica; Atualmente estou morando na cidade de Abidjan, que é uma das cidades da Costa do Marfim, localizada na África Ocidental.

O *corpus* original era composto por mais textos, contudo, dado o caráter de iniciação científica desta investigação, optamos por analisar o conjunto de 10 textos, sendo 5 em cada um dos grupos, de modo que seja possível uma comparação contrastiva. As estratégias argumentativas de construção do *ethos* foram demarcadas quali-quantitativamente, sendo posteriormente apresentadas em gráficos. Assim, empregamos o método misto de análise que relaciona a abordagem qualitativa, com foco sobre as estratégias argumentativas, os imaginários sociodiscursivos e as construções do *ethos* aliada a uma abordagem quantitativa, em que contabilizamos as construções de *ethos*, objetivando encontrar padrões específicos nos textos selecionados. De acordo com Hernández Sampieri et al (2013, p. 550), “os métodos de pesquisa mista são a integração sistemática dos métodos

quantitativo e qualitativo em um só estudo, cuja finalidade é obter uma ‘fotografia’ mais completa do fenômeno”.

É oportuno mencionar que catalogar e contabilizar construções de *ethos* não é tarefa fácil, visto que o *ethos* se fundamenta em um cruzamento de olhares (Charaudeau, 2015) entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante. Assim, a depender de seu próprio universo de crença, outros sujeitos interpretantes poderiam encontrar outros *ethé* nos textos por nós analisados, o que não torna ilegítima a análise aqui apresentada, visto não ser exaustiva pela própria natureza subjetiva e não segmentável do objeto em análise.

Para este artigo, serão apresentadas apenas duas análises qualitativas, sendo uma de cada grupo de textos. A análise quantitativa abarca a totalidade do *corpus*.

3. Resultados

3.1 Análise qualitativa

Vejamos, a seguir, a análise argumentativa de natureza qualitativa e os diferentes tipos de *ethé* encontrados nos possíveis golpes via *e-mail* não solicitado. Após as análises, procuraremos refletir sobre possíveis contribuições ao ensino de leitura e argumentação em aulas de língua portuguesa.

O primeiro texto analisado foi considerado como um texto de origem internacional.

3.1.1 Texto 1 - Internacional

Oi!
Infelizmente, tenho más notícias para você.
Há alguns meses, tive acesso ao dispositivo que você usa para navegar na internet.
Desde então venho monitorando suas atividades na internet.

Como visitante regular de sites adultos, posso confirmar que essa é sua responsabilidade.
Para sua conveniência, os sites que você visita me deram acesso às suas informações.

Carreguei um trojan baseado em driver que atualiza sua assinatura várias vezes ao dia para que o antivírus não possa detectá-lo. Também tenho acesso à sua câmera e microfone.

Além disso, fiz backup de todos os dados, incluindo fotos, mídias sociais, bate-papos e contatos.

Recentemente, tive a ótima ideia de criar um vídeo em que você goza em uma parte da tela enquanto o vídeo está sendo reproduzido em outra tela ao mesmo tempo. Foi divertido!

Tenha certeza de que posso enviar este vídeo facilmente para todos os seus contatos com apenas alguns cliques e presumo que você queira evitar esse cenário.

Pensando nisso, segue minha sugestão:

Transfira o valor de 3.000 BRL para minha carteira bitcoin e eu esquecerei tudo. Também excluirei permanentemente todos os dados e vídeos.

Na minha opinião, este é um preço um tanto modesto para o meu trabalho.

Você pode descobrir como comprar bitcoins usando mecanismos de pesquisa como Google ou Bing, pois não é muito difícil.

Minha carteira Bitcoin (BTC):

1P9pM2NeKN3oVdp6qw4DZqUsJeVt2tNmZ1

Você tem 48 horas para responder e também deve observar o seguinte:

Não adianta me responder - o endereço foi gerado automaticamente. Também não faz sentido reclamar, pois a carta não pode ser rastreada junto com minha carteira bitcoin. Tudo é precisamente orquestrado.

Se eu descobrir que você mencionou esta carta para alguém, o vídeo será compartilhado imediatamente e seus contatos serão os primeiros a recebê-lo. O vídeo será então postado online!

PS O tempo começa assim que você abre esta carta. (Este programa tem um temporizador embutido).

Boa sorte e vá com calma! Foi apenas azar, por favor, tenha cuidado da próxima vez.

Primeiramente, podemos observar que o texto apresenta predominância do *ethos de competência*, pois o possível estelionatário constrói a sua argumentação por meio de termos técnicos da área da informática que o apresentam como detentor de um *saber-fazer* tecnológico.

Na abertura do texto, o enunciador utiliza uma saudação informal:

Oi!

Infelizmente, tenho más notícias para você.

O sujeito enunciador objetiva aderir ao texto um tom mais coloquial, produzindo um contexto de intimidade com o seu destinatário e construindo um *ethos de proximidade*, categoria não descrita por Charaudeau (2015) que consideramos se tratar da imagem de alguém íntimo, amigável e próximo. Em seguida, o enunciador utiliza o advérbio avaliativo “infelizmente”, para introduzir a informação negativa, invocando um possível efeito patêmico; afinal, ele busca colocar a vítima em um estado apreensivo, amedrontado, à espera do pior que se materializa ao ser apresentada às más notícias na sequência.

O efeito patêmico diz respeito ao despertar de possíveis emoções no sujeito interpretante, a depender dos argumentos a ele apresentados (Charaudeau, 2010). Em uma perspectiva semiolinguística, o *pathos*, uma das provas retóricas apresentadas por Aristóteles (2005), corresponde a uma estratégia que contribui no processo de convencimento. Sendo assim, também podemos observar características que evocam a emoção do sujeito interpretante nos seguintes excertos:

Como visitante regular de sites adultos, posso confirmar que essa é sua responsabilidade.

presumo que você queira evitar esse cenário.

Também não faz sentido reclamar pois a carta não pode ser rastreada junto com minha carteira bitcoin.

PS O tempo começa assim que você abre esta carta. (Este programa tem um temporizador embutido).

Esses argumentos, ao mesmo tempo em que constroem a imagem de um enunciador potente (*ethos de potência*), que detém um *poder-fazer*, já que detém provas, e de um enunciador competente (*ethos de competência*), que detém um *saber-fazer*, podem provocar diferentes emoções negativas no sujeito destinatário, captando-o e levando-o a acreditar nas palavras do enunciador. Assim, ao experienciar o medo diante da possível exposição da intimidade, o destinatário, na vez de sujeito interpretante, estaria mais disposto a aceitar o *ethos* construído e acreditar nos argumentos, conseqüentemente, sendo vítima do golpe.

Nesse íterim, é importante mencionar que, de acordo com Charaudeau (2010), as emoções e, por conseguinte, o efeito patêmico, são dependentes do universo de crença do sujeito interpretante, sendo um efeito pretendido, nunca tendo a garantia de sua efetiva consolidação. Desta feita, se o sujeito interpretante não tiver o costume de realizar os atos mencionados diante do computador, ou se entender que a invasão de computadores da forma descrita não é uma ação tão comum, ele pode não se sentir amedrontado e não entender que o sujeito enunciador constrói a imagem de alguém potente, mas de alguém enganoso. A credibilidade e legitimidade do sujeito enunciador que procura aplicar o golpe seriam, portanto, questionadas.

Nos excertos a seguir, observamos mais uma vez a construção do *ethos de competência*, de alguém que detém um *saber-fazer* de natureza informática e tecnológica:

Há alguns meses, tive acesso ao dispositivo que você usa para navegar na internet. Desde então venho monitorando suas atividades na internet.

[...] os sites que você visita me deram acesso às suas informações.

Esses argumentos procuram evidenciar que o possível estelionatário detém o conhecimento necessário para acessar os dados pessoais da vítima, configurando-se como uma espécie de *hacker*. Essa imagem, respaldada em imaginários sociodiscursivos acerca da cultura digital, poderia levar o destinatário a acreditar nas ameaças, sendo uma estratégia de legitimidade; afinal, o enunciador detém o direito à palavra, pois o tópico em questão é justamente a invasão do dispositivo do destinatário. Outros argumentos corroboram a construção desse *ethos*. Os termos técnicos destacados são aqueles relacionados ao campo semântico da informática, o que corrobora a interpretação apresentada:

Carreguei um **trojan baseado em driver** que atualiza sua assinatura várias vezes ao dia para que o **antivírus** não possa detectá-lo. Também tenho acesso à sua câmera e microfone.

Além disso, fiz **backup** de todos os dados, incluindo fotos, mídias sociais, bate-papos e contatos.

Nesses excertos, mais uma vez, podemos observar a construção do *ethos de competência*, pois o sujeito enunciador utiliza um registro técnico muito específico de quem domina o conhecimento de computação e informática. O termo “trojan”, por exemplo, também conhecido como cavalo de Tróia, é um tipo de vírus criado como uma porta de acesso para invadir o sistema de um indivíduo e, conseqüentemente, se apropriar dos dados pessoais. Além disso, o texto em análise tem como principal

foco atingir indivíduos que acessam sites pornográficos, pois o enunciador afirma que filmou a possível vítima realizando atos libidinosos frente ao computador. Ou seja, para uma vítima com este perfil, os argumentos usados seriam de eficácia para o estelionatário convencer a vítima. Charaudeau (2015) corrobora nossa análise, visto que:

O *ethos* de “competência” exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos (Charaudeau, 2015, p. 125).

Em seguida, ocorre uma ameaça iniciada por uma oração condicional, o que também corresponde à construção do *ethos de competência*, visto que o enunciador teria meios de compartilhar o vídeo e postá-lo na internet. O caráter patêmico desses enunciados é bem salientado, podendo levar o destinatário a experimentar o medo e o terror, sendo conduzido a acreditar nas palavras do enunciador:

Se eu descobrir que você mencionou esta carta para alguém, o vídeo será compartilhado imediatamente e seus contatos serão os primeiros a recebê-lo. O vídeo será então postado online!

O fato de o enunciador fazer menção explícita aos contatos mais próximos serve para aderir maior efeito de patemização, visto o tópico em questão se tratar justamente da intimidade sexual do destinatário. Com isso, apesar de nos focarmos sobre a análise do *ethos*, considerações acerca do *pathos* são trazidas pelo fato de haver uma relação intrínseca entre as três provas retóricas apresentadas por Aristóteles (2005). A análise de forma separada se faz necessária para fins metodológicos; contudo, um mesmo enunciado abrange o *logos* – a própria realização linguística; o *ethos* – a imagem construída de si; e o *pathos* – o despertar de emoções no destinatário. Vemos, portanto, que tanto o *logos* quanto o *pathos* contribuem na construção do *ethos*, por exemplo, por meio das escolhas lexicais e arranjos argumentativos destacados.

Em seguida, o sujeito enunciador parece tentar “tranquilizar” o destinatário da ameaça, pois é preciso que, ao final da interação, o destinatário realize a transação monetária exigida pelo possível golpista:

Boa sorte e vá com calma! Foi apenas azar, por favor, tenha cuidado da próxima vez.

Nesse excerto, podemos observar o *Ethos de Humanidade* camuflado no teor sarcástico do enunciador, visto que ele emprega os enunciados “Boa sorte”, “vá com calma” e “por favor, tenha cuidado da próxima vez”, procurando simular que se importa com o destinatário. Um ato de humanidade, para Charaudeau (2015), é a capacidade de o indivíduo demonstrar sentimentos, compaixão e empatia para com o próximo, e, nesse sentido, o ato é contraditório à situação de comunicação em curso, que se baseia em uma tentativa de golpe. Seria plausível supor que, nesse instante, ocorresse a desconstrução do *ethos de humanidade*, visto que o destinatário não aceitaria, ao levar em conta seu universo de crença, que alguém humanizado realizasse uma ameaça.

Em seguida, o sujeito enunciador revela o que deseja para não cumprir sua ameaça, no caso, o pagamento de uma quantia monetária:

Pensando nisso, segue minha sugestão:

Transfira o valor de 3.000 BRL para minha carteira bitcoin e eu esquecerei tudo. Também excluirei permanentemente todos os dados e vídeos.

É válido ressaltar que a instrução feita para o pagamento em criptomoeda enriquece a ideia do *ethos de competência* de um profissional do ramo informático, ao caracterizar um indivíduo que tem o conhecimento de transações tecnológicas, visto que as criptomoedas são moedas digitais que podem ser transferidas livremente entre pessoas, sem o controle ou intermediação de governos e bancos centrais. Assim, elas podem ser usadas em transações para qualquer parte do mundo, o que seria benéfico para o estelionatário que possivelmente envia os *e-mails* em massa e pode atingir destinatários de diferentes lugares. A sigla BRL empregada para nomear a moeda brasileira, o Real, pode ser considerada uma pista que demonstra ter sido o *e-mail* produzido em outra língua e, posteriormente, traduzido para o português. Outra pista é o fato de o enunciador referir-se ao seu texto como “carta” e não “*e-mail*”, possivelmente, uma tradução automática diretamente da língua inglesa.

A seguir, apresentamos a análise qualitativa do texto produzido nacionalmente.

3.1.2 Texto 2 – Nacional

From: [Banco X Aut:
BROLSUWEBV746U15L01:44:03
xxxxx@mail.com>
Sent: Friday, January 14, 2022 10:44:03 PM
To: xxxxx@xmail.com
xxxxx@xmail.com
Subject: Notificacao ao usuario SSMRGIIMN97H1UL32

Caro usuario: xxxxx@xmail.com
Protocolo: NE3VGHNP2DEJDNA18
Segue notificacao ao usuario em carater de urgencia, via anexo.

O Banco X. informa que o departamento anti-fraude efetuou a realização de um bloqueio preventivo em sua conta por razões de segurança.

Para voltar a utilizar o internet banking e aplicativo “x” é necessário a reativação de seu dispositivo eletrônico. Que deve ser efetuada através do link a baixo ou comparecer em sua agência correntista.

CLIQUE AQUI

No *e-mail* não solicitado em análise, o endereço eletrônico do sujeito enunciator não condiz com a empresa remetente, sendo esta uma informação que já descredibiliza a abordagem em questão. Afinal, o banco simulado como remetente tem um domínio empresarial, aderindo formalidade às suas comunicações com os clientes, mas o *e-mail* remetente pertence a um domínio de uso pessoal. No texto apresentado, omitimos o nome da empresa e o *e-mail* falso, mas o sujeito procurava se passar por um importante banco brasileiro, que detém credibilidade entre grande parte dos clientes.

Apesar disso, ainda no cabeçalho do e-mail, constatamos a construção do *ethos de competência*, pois a forma de saudação “caro usuário” e a criação de um número de protocolo – recibo dado pelas empresas para registrar um processo/requerimento – são características de um *e-mail* corporativo. O destinatário também teve seu endereço de *e-mail* omitido, visto se tratar de pessoa física:

Caro usuario: xxxxx@xmail.com
Protocolo: NE3VGHNP2DEJDNA18

Em seguida, observamos uma característica bastante comum nos *e-mails* não solicitados analisados: o caráter de urgência.

Segue notificação ao usuário em caráter de urgência, via anexo.

O enunciado foi apresentado como assunto do *e-mail*. Assim, mesmo que o destinatário não acesse o *e-mail* enviado, poderá ler o assunto de que trata o suposto *e-mail* enviado pelo banco. Trata-se de uma estratégia de captação, visto que o emprego da construção adverbial “em caráter de urgência” poderia levar o destinatário a experimentar emoções relacionadas à preocupação, o que o conduziria a clicar no *e-mail* e, possivelmente, cair no golpe. No caso em questão, clicar no *hiperlink* enviado poderia colocar o computador em risco, sendo alvo de *malwares* que poderiam roubar dados pessoais, inclusive bancários, presentes no dispositivo.

Observamos, já no corpo do *e-mail*, o aviso de que a conta do destinatário havia sido bloqueada pelo sistema anti-fraude do banco, o que configura um argumento com alto teor patemizante. Afinal, quando o destinatário recebe a mensagem, entra em estado de alerta, imaginando que possíveis criminosos tenham conseguido acessar sua conta bancária, tendo seu patrimônio financeiro em risco. Entram em cena diversos imaginários sociodiscursivos acerca da possibilidade de contas serem hackeadas, bem como da constante insegurança vivenciada no Brasil. Assim, caso o destinatário não conheça bem acerca de dispositivos eletrônicos, pode ser levado ao temor ao acreditar nas palavras do possível golpista, que busca construir o *ethos de competência*, visto tentar se passar por uma das maiores instituições financeiras do País. Em seguida, há o enunciado que indica o que o destinatário deve fazer, no caso, clicar em um *link* suspeito:

Para voltar a utilizar o internet banking e aplicativo “BB” é necessário a reativação de seu dispositivo eletrônico. Que deve ser efetuada através do link a baixo ou comparecer em sua agência correntista.

O fato de o sujeito enunciativo lançar mão de termos relacionados ao atendimento bancário via aplicativo e internet pode corresponder à construção do *ethos de competência*, um profissional legitimado, afinal, fala em nome da instituição. Observamos que há uma relação de causa e consequência externada no enunciado, visto que o destinatário deve realizar X para Y. No caso, clicar no botão enviado, que contém um *hiperlink* que o direciona a outro *site*, ou comparecer à agência para reativar o dispositivo e voltar a utilizar as ferramentas tecnológicas. O sujeito

enunciador menciona a agência física como uma estratégia de credibilidade, visto que o golpe só seria realizado se o destinatário clicasse no botão que aparece ao final do texto. Com isso, o enunciador acaba por reiterar o *ethos de competência* construído, visto que, por comodidade, seria mais viável tentar resolver o impasse ao clicar no *link*; assim, o destinatário teria mais um motivo para acreditar que se trata de uma comunicação oficial por parte do banco.

3.1.3. Possível abordagem pedagógica

Silva (2024) defende que investigações no âmbito da Linguística Forense também podem contribuir no trabalho com leitura e com a argumentação nas aulas de língua portuguesa. De acordo com o autor:

Dentre as possibilidades pedagógicas vislumbradas, situam-se: (i) a necessidade de despertarmos nos estudantes a consciência de que, efetivamente, agimos por meio da língua, o que abarca ações danosas que devem ser evitadas; (ii) a apresentação de discussões sobre o discurso de ódio e o *cyberbullying*, tão presentes em redes sociais; (iii) a realização de discussões acerca das *fake news*; (iv) a reflexão sobre os crimes efetivados por meio da língua, como a ameaça, a injúria (racismo, lgbtobia, intolerância religiosa, xenofobia), a calúnia e a difamação; (v) a percepção de que conhecimentos textuais e gramaticais aprendidos na escola podem ser aplicados a contextos extraescolares, nomeadamente, aos crimes de linguagem (Silva, 2024, p. 117).

Ao lado das possibilidades elencadas pelo autor, incluímos o tratamento de possíveis estelionatos recebidos por meio de *e-mails* não solicitados, como os que analisamos nesta investigação.

Com isso, pensando no caráter pedagógico e nas possibilidades de trabalho com esse tipo de texto em sala de aula, o professor de língua portuguesa poderia chamar a atenção para algumas marcas gramaticais e ortográficas que poderiam levar o leitor a identificar que, de fato, se trata de um golpe, o que conduziria o aluno ao reconhecimento do *e-mail* como uma possível fraude. O texto 1 apresentado traz uma temática pouco acessível ao ensino básico, mas que poderia ser trabalhado em turmas da educação de jovens e adultos. Já o segundo texto poderia ser levado a alunos do ensino básico e, por isso, nos atemos a ele.

Por meio da análise do *e-mail* supostamente enviado por um grande banco nacional, o professor poderia chamar a atenção dos alunos para a constante falta de acentuação e problemas ortográficos. Essas características podem ser entendidas

como não condizentes com o *ethos de competência* de uma instituição financeira séria e comprometida com a qualidade de seu atendimento ao cliente, podendo funcionar como uma evidência de que se trata efetivamente de um *e-mail* falso e possível golpe. Nesse ponto, o professor poderia discutir algo em torno do gênero *e-mail* e da natureza formal da interação, que exige o emprego de regras ortográficas e de acentuação adequada. Além de abarcar questões em torno do gênero textual, da situação formal de comunicação, do registro linguístico e das imagens de si apresentadas pelo enunciador, o professor também pode discutir com os alunos diversos elementos de caráter gramatical.

Por exemplo, podemos observar no texto alguns desvios e natureza gramatical, no sentido de gramática normativa, como: (i) falta de concordância com o sujeito pós-posto em “necessário a reativação de seu dispositivo eletrônico” (embora seja um uso mais aceitável em situações menos formais); (ii) grafia equivocada do advérbio “abaixo”, escrito como “a baixo”; (iii) falta de vírgula após a oração adverbial de finalidade “Para voltar a utilizar o internet banking e aplicativo ‘BB’”; (iv) falta do artigo definido diante de “aplicativo ‘x’”, para manter o paralelismo; e (v) uso indevido do ponto final, abrindo novo período, visto que se trata de oração coordenada em “é necessário a reativação de seu dispositivo eletrônico. Que deve ser efetuada [...]”.

Após o tratamento desses conceitos gramaticais, o professor pode abarcar a construção do *ethos* e a incoerência entre o *ethos* construído e o registro linguístico empregado. A discussão com a turma deve seguir o pensamento de que, muito dificilmente, uma empresa renomada do porte do banco em questão cometeria esse tipo de desatenção gramatical. Esses “deslizes” podem ser compreendidos como pistas que evidenciam a natureza enganosa da interação, o que levaria o aluno a perceber que é possível se proteger de um possível golpe ao reconhecer incoerências no emprego de registro linguístico em um gênero de caráter mais formal.

A análise em sala de aula não deve se focar apenas nos critérios gramaticais e ortográficos, mas também não deve se furtar deles. Assim, os alunos precisam ser conduzidos a refletir sobre gramática e ortografia, mas também sobre argumentação e construção do *ethos*, o que atravessa considerações acerca da leitura, da interpretação e da compreensão textual, sobre a forma como podemos cometer ações ilegais por meio da língua e sobre a possibilidade de nos protegermos de possíveis golpes através do conhecimento adquirido nas aulas de língua portuguesa.

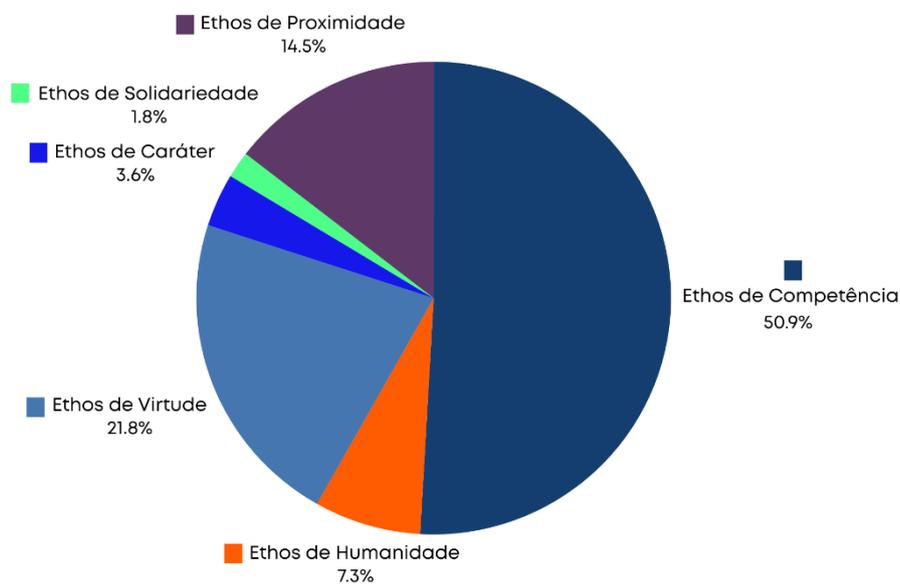
Trata-se de uma forma de demonstrar aos alunos que o conhecimento de língua portuguesa ultrapassa os muros da escola e são requisitados em várias esferas da vida em sociedade, o que poderia despertar maior atenção e interesse para os conteúdos abordados na disciplina.

A seguir, apresentamos os resultados de nossa análise quantitativa.

3.2 Análise quantitativa

Após a análise total do *corpus* coletado, foi possível encontrar diferentes categorias de *ethé* presentes nos *e-mails* não solicitados coletados: *ethos de competência* (englobando características profissionais e corporativas) (50,9%; 28 oc.); *ethos de solidariedade* (1,8%; 1 oc.); *ethos de humanidade* (7,3%; 4 oc.), *ethos de proximidade* (14,5%; 8 oc.), *ethos de virtude* (21,8%; 12 oc.) e *ethos de caráter* (3,6%; 2 oc.). Dessa forma, para melhor evidenciar a abrangência de cada *ethos* no conjunto total de *e-mails* analisados, vejamos o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tipos de *ethé* na totalidade de *e-mails* – em porcentagem



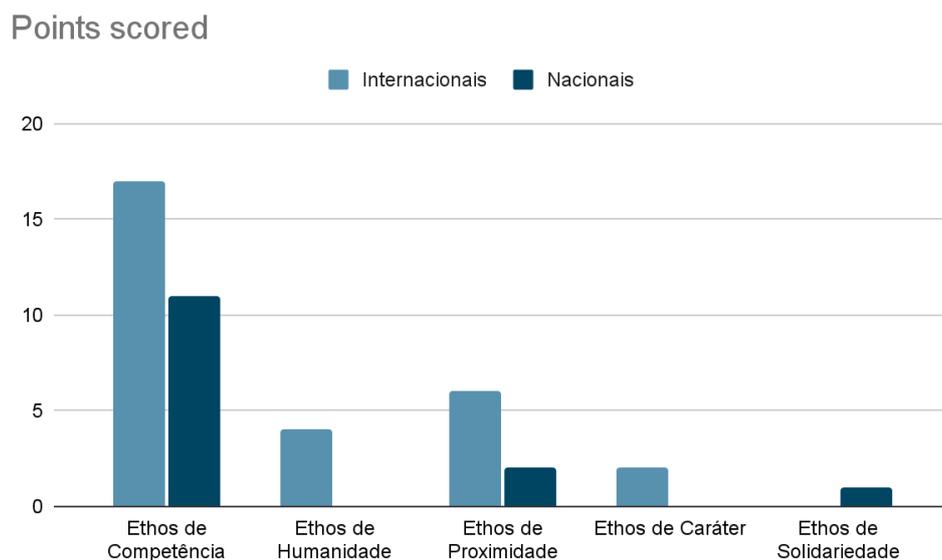
Fonte: dados da pesquisa.

Observamos que, dos diferentes *ethé* encontrados nos *e-mails* que constituem possíveis golpes, o *ethos de competência* foi o mais abrangente, com 50,9% (28 oc.),

seguido do *ethos de virtude*, com 21,8% (12 oc.). Os dados revelam que os sujeitos enunciadorees procuram garantir a credibilidade de seus argumentos por meio da construção da imagem de pessoas competentes, dotadas de um *saber fazer*, e de pessoas virtuosas, em quem se pode confiar. Embora possa parecer paradoxal em um primeiro momento, o *ethos de virtude* é bastante eficaz, visto que o sujeito destinatário precisa confiar no enunciador, de modo que o golpe seja consolidado.

No Gráfico 2, trazemos a comparação entre as construções de *ethos* encontradas em cada um dos grupos, o relativo a *e-mails* de aparência internacional e *e-mails* de aparência nacional.

Gráfico 2 – Tipos de *ethé* nos grupos de *e-mails* – em número de ocorrência



Fonte: dados da pesquisa

Observamos que o *ethos de competência* se destaca no *corpus*, visto que o uso de reforços atrelados ao meio corporativo e a profissionais que atuam em áreas mais renomadas, com a ideia de “profissional responsável”, são entendidas como imagens mais convincentes para possivelmente enganar o sujeito destinatário. O *ethos de proximidade* foi encontrado nos dois grupos, sendo mais recorrente no grupo de *e-mails* internacionais. Alguns *ethé* foram encontrados em apenas um dos grupos, como o *ethos de humanidade* e de *caráter* no grupo de *e-mails* internacionais e o *ethos de solidariedade* no grupo de *e-mails* nacionais.

Além disso, o caráter patêmico dos argumentos também se mostrou um recurso argumentativo importante que, juntamente à evocação de diferentes imaginários sociodiscursivos, pode levar o destinatário a aceitar as construções dos *ethé* que lhe são apresentadas, vindo a acreditar nas palavras do sujeito enunciador e, possivelmente, ser vítima do golpe.

Ademais, ao comparar quantitativamente e qualitativamente os *e-mails* nacionais e internacionais, observamos uma diferença entre eles. Nos *e-mails* nacionais, foram encontrados maiores recursos multimodais atrelados a empresas conhecidas nacionalmente como “Mercado Livre”, “Banco do Brasil” e “Porto Seguro”, tendo como ênfase um apoio estético e visual, ao apelar para as cores e logomarcas das empresas. A multimodalidade, entendida como o emprego de diferentes semioses – no caso, texto verbal e texto imagético – se apresentou, portanto, como recurso argumentativo nesses *e-mails*. Por outro lado, nos *e-mails* internacionais, observamos o foco na criação de diferentes narrativas, com “histórias” mais detalhadas e enriquecidas por diferentes construções de *ethos*.

Considerações

Nesta pesquisa, objetivamos categorizar, contabilizar e analisar as diferentes construções de *ethos* empregadas como estratégias argumentativas em possíveis golpes recebidos via *e-mail* não solicitado. Após a análise dos textos, observamos que a construção do *ethos de competência* profissional foi o mais abrangente, sendo utilizado de diferentes formas a depender do tópico tratado e da instância de produção apresentada. Os demais *ethé*, como vimos, parecem contribuir para a percepção de que o enunciador se trata de alguém competente e legitimado, apresentando argumentos críveis. Foi também observada a relação entre a construção dos *ethé*, o despertar de emoções e a evocação de imaginários sociodiscursivos. Por fim, também pudemos refletir sobre a forma como professores de língua portuguesa podem trabalhar tais textos em sala de aula, ao mostrar aos alunos que conhecimentos linguísticos e textuais são capazes de contribuir para a percepção de um *e-mail* não solicitado como uma tentativa de estelionato. Com isso, consideramos que os objetivos foram satisfatoriamente atingidos.

Entendemos que a argumentação pelo *ethos* consiste em uma importante estratégia na tentativa de influenciar o sujeito interpretante. Caso o interpretante acredite nos argumentos apresentados pelo sujeito comunicante na vez de sujeito

enunciador, possivelmente, poderá ser vítima de um golpe, clicar em *links* suspeitos e ter seus dados roubados ou computador invadido, ou mesmo realizar transferências monetárias solicitadas pelos golpistas. Dada a natureza patemizante dos textos, visto que alguns procuram alarmar e amedrontar o sujeito interpretante, podemos observar que a instância do *pathos* contribui no processo argumentativo, podendo levar o interpretante a acreditar nas palavras do sujeito comunicante e aceitar os *ethé* por ele construídos.

Lançando mão do aporte teórico da Teoria Semiolingüística do Discurso (Charaudeau, 2008; 2010; 2015) em consonância com postulados de Ruth Amossy (2014; 2018) e em diálogo com a Linguística Forense (Shuy, 2005; Coulthard; Johnson, 2007), entendemos que este trabalho apresenta algumas pistas que podem ajudar a perceber o caráter criminoso de alguns *e-mails* não solicitados disparados em massa (SPAM), como a observação de desvios ortográficos e gramaticais, a construção de diferentes imagens de si e o emprego de determinados argumentos.

Munidos dessas informações, professores de língua portuguesa poderão trabalhar com seus alunos questões referentes à construção da argumentação, à produção do gênero *e-mail*, ao emprego da norma culta em textos formais etc., e mostrar que, ao transgredir as regras do gênero e da interação proposta, os sujeitos enunciativos se apresentam como possíveis golpistas, o que pode fazer com que leitores competentes e críticos não se tornem vítimas potenciais desse tipo de golpe.

Referências

- AMOSSY, R. **A Argumentação no discurso**. Coordenação de tradução: E. L. Piris e M. Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, R. *Ethos* (verbetes). CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação de tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2.ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coordenação de tradução: A. M. S. Corrêa e I. L. Machado. São Paulo: Contexto, 2008
- CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Tradução: Renato de Mello. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. **As emoções no discurso**, v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução: D. F. da Cruz e F. Komesu. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, P. A argumentação em uma problemática da influência. Tradução: M. A. L. Pauliukonis. **ReVEL**, v. 14, n. 12, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/82cdc76251f39fa72a9aa561bec1216a.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

COULTHARD, M.; JOHNSON, A. **An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence**. New York: Routledge, 2007.

HERNÁNDEZ SANPIERI, R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5.ed. Porto Alegre: Penso: 2013.

SHUY, R. W. **Creating Language Crimes: how law enforcement uses (and misuses) language**. New York: Oxford University Press, 2005.

SILVA, W. P. **Argumentação e patemização em cartas de ameaça: uma análise semiolinguística como contribuição à Linguística Forense**. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

SILVA, W. P. Detetives em sala de aula: Linguística Forense e *gameficação* no trabalho com a leitura. In: MELO, E. A. S.; XAVIER, G. K. R. S.; NESPOLI, J. B. (orgs). **Os estudos de linguagem aplicados à educação de jovens e adultos: teoria e prática na sala de aula**. Campinas: Pontes Editores, 2024.